

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Vandiesley Soares Neves

**A SAÚDE MENTAL NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE BURNOUT,
ADICÇÃO E SUICÍDIO NA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA**

Artigo apresentado à Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientadora: Professora Fabiane Rossi dos Santos.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **VANDIESLEY SOARES NEVES**, acadêmico do Curso de Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 113180191, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A SAÚDE MENTAL NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE BURNOUT, ADICÇÃO E SUICÍDIO NA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA**, desenvolvido durante o período de 14 DE JANEIRO DE 2026 a 13 DE ABRIL DE 2026 sob a orientação de FABIANE ROSSI DOS SANTOS, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 13 de Abril de 2026.



Documento assinado digitalmente

VANDIESLEY SOARES NEVES

Data: 13/04/2026 09:55:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VANDIESLEY SOARES NEVES

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou (X) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

A SAÚDE MENTAL NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE BURNOUT, ADICÇÃO E SUICÍDIO NA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

Vandiesley Soares Neves¹

RESUMO

A segurança pública no estado da Bahia é caracterizada por uma rotina de alta periculosidade, carga horária extensa e exposição constante a eventos críticos, tornando o Policial Militar vulnerável ao adoecimento mental. Justifica-se este estudo pela urgência em compreender o impacto do estresse ocupacional extremo, dado o cenário de violência acentuada e os alarmantes índices de suicídio na categoria. O problema de pesquisa consiste em identificar como os fatores psicossociais e o perfil sociodemográfico contribuem para a prevalência da Síndrome de Burnout na corporação. Este trabalho tem como objetivo analisar a prevalência e os fatores associados à (SB) no efetivo da PMBA, integrando evidências sobre o perfil epidemiológico e sociodemográfico, permitindo identificar vulnerabilidades na corporação e se existe alguma ligação entre a violência no estado e os altos índices de suicídio entre policiais com o adoecimento da tropa. A metodologia consiste em uma revisão integrativa de literatura, com foco em estudos de corte transversal que utilizam instrumentos para avaliação da SB. Como resultados esperados, pretendeu-se confirmar a forte relação entre a SB e os aspectos psicossociais do trabalho, fornecendo subsídios para a implementação de políticas públicas de prevenção ao suicídio e promoção à saúde mental, evidenciando que o adoecimento da tropa é um reflexo direto da exposição constante a eventos críticos e do estilo de vida militar. Conclui-se que a insegurança pública na Bahia, somada à inadequação das políticas de saúde institucional, atua como vetor de uma crise que afeta o capital humano da segurança, necessitando urgência nas estratégias de prevenção com enfoque biopsicossocial, fundamentais para garantir a saúde do militar e a eficácia da proteção à sociedade baiana.

PALAVRAS-CHAVE: Policial Militar; Síndrome Burnout; Bahia; Estresse Ocupacional; Suicídio.

¹ Discente da Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista. Orientadora: Fabiane Rossi dos Santos.

1. INTRODUÇÃO

Fundada em 17 de Fevereiro de 1825, a Polícia Militar da Bahia (PMBA) completou seu Bicentenário em 2025. Nesses 200 anos de história a PMBA vem prestando serviços relevantes ao estado baiano e também à nação brasileira, desempenhando papéis decisivos em episódios que moldaram a identidade nacional e regional. A trajetória da PMBA é marcada pela participação em conflitos de grande envergadura, como a Guerra do Paraguai, a Guerra de Canudos e a Revolução de 1930, além do enfrentamento a insurgências locais como a Revolta dos Malês e o combate sistemático ao fenômeno do Cangaço. Essa herança histórica confere à corporação uma identidade de resiliência, marcados pela disciplina rigorosa e uma prontidão operacional ímpar, que moldaram sua imagem tanto perante a sociedade quanto ante aos próprios integrantes da corporação.

Hoje, no marco de seus 200 anos de existência e tendo em sua história transformações sociopolíticas profundas, foi imposto um desafio de natureza distinta, que é manter a paz social e a ordem pública, entretanto, ao ingressar em seu terceiro século de história, a instituição se depara com desafios contemporâneos que transcendem o campo de batalha convencional de outrora. O cenário atual apresenta um paradoxo institucional severo no estado, onde ao mesmo tempo em que a instituição policial militar busca investir em modernização tecnológica, inteligência operacional e novos protocolos de atuação, os indicadores de saúde coletiva de seus integrantes revelam uma crise silenciosa e profunda, em meio aos números alarmantes da violência no estado.

A Bahia, segundo dados do Atlas da Violência 2025 (IPEA), permanece em um patamar crítico de criminalidade, figurando entre as unidades da federação com os maiores índices de violência letal no Brasil. Esta exposição constante à violência extrema gera um desgaste que não se limita ao físico, mas penetra na subjetividade do agente de segurança. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2025 indicam uma estatística alarmante: o suicídio superou os confrontos em serviço como a principal causa de morte entre policiais no país. Neste contexto, a Síndrome de Burnout (SB) emerge não como um evento isolado, mas como uma patologia sistêmica. Definida pela tríade de exaustão emocional, despersonalização e reduzida realização profissional, o Burnout atua como o estágio avançado de um estresse crônico que não foi devidamente manejado. Tanto o suicídio quanto o SB são o indicativo mais drástico de que o "teatro de operações" migrou para o campo psicológico. O policial militar, imerso em uma cultura de invulnerabilidade e sob o peso de uma hierarquia rígida, muitas vezes silencia seu sofrimento por medo do estigma ou de sanções disciplinares, transformando a corporação em uma panela de pressão emocional.

Perante essa realidade assustadora, o presente trabalho tem como propósito investigar as intersecções entre a rotina de risco extremo na segurança pública e a consequente degradação da saúde mental dos policiais militares baianos. O problema de pesquisa centra-se em compreender como os fatores psicossociais do trabalho, aliados às condições sociodemográficas e ao ambiente de violência urbana exacerbada, favorecem o surgimento e a consolidação de quadros como o Síndrome de Burnout, a dependência química (adição) e o autoextermínio através do suicídio. Destaca-se a importância de uma análise científica detalhada que transcenda as estatísticas, que tem sido frequentemente alarmantes, mas superficiais, com o intuito de conseguir captar a erosão da subjetividade do agente que, diariamente, assume o fardo de manter a paz social em condições adversas e muitas vezes hostis. Este estudo justifica-se, ainda, pela urgência em fornecer subsídios que orientem políticas públicas, interventivas e preventivas, na busca por preservar a saúde mental, garantir o bem-estar e a longevidade funcional destes profissionais, essenciais para a manutenção da ordem e da democracia no estado da Bahia.

Para fundamentar essa investigação, adotou-se como metodologia de estudo a revisão integrativa de literatura, método que permite a síntese de múltiplos estudos publicados e a geração de conclusões abrangentes mediante a reunião sistemática de evidências teóricas e empíricas. O objetivo geral deste estudo é analisar o impacto da rotina de risco extremo e da violência urbana na saúde mental dos policiais militares da Bahia, identificando os fatores que contribuem para o adoecimento psíquico. Especificamente, busca-se identificar os riscos psicossociais inerentes à atividade no cenário contemporâneo, correlacionar os índices de violência com a incidência de patologias como o Burnout e, por fim, discutir as estratégias de intervenção existentes para o fortalecimento das políticas de cuidado ao servidor.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O Cenário da Violência no Estado da Bahia

Segundo o Atlas da Violência (2025) realizado pelo (IPEA), a Bahia figura entre os estados mais violentos do Brasil e ocupa a segunda posição entre os 17 estados que apresentaram taxas superiores à taxa nacional, com 113,7 homicídios por 100 mil jovens, que correspondem a mais de doze vezes a taxa de São Paulo, que tem a menor taxa registrada de letalidade juvenil (10,2). E quando se olha a configuração da violência letal no Brasil é revelado uma profunda assimetria federativa, caracterizada por uma retração nos índices nacionais em contraste com o agravamento de crises agudas em territórios específicos. Em 2023, o país contabilizou 32.749 homicídios por armas de fogo, estabelecendo uma taxa de 15,2 óbitos por 100 mil habitantes, um declínio de 3,2% em relação ao período anterior. Esse movimento de arrefecimento foi sustentado por reduções expressivas em nove Unidades da Federação, com destaque para o Rio Grande do Norte (-22,7%), Paraná (-20,1%), Distrito Federal (-18,5%) e Piauí (-17,8%). Todavia, o estado da Bahia consolidou-se na contramão dessa tendência de estabilização, registrando uma taxa de 36,6 homicídios por 100 mil habitantes (IPEA, 2024). Este valor, que representa mais do que o dobro da média nacional, posiciona o território baiano como o epicentro da letalidade por armas de fogo no Brasil, superando estados vizinhos com históricos críticos, como Pernambuco (30,8). Para SILVA (2019), o crescimento da violência tem intensificado significativamente o sofrimento enfrentado pela população brasileira: "A insegurança existente entre as pessoas é fruto da conjugação de diferentes fatores: crescente arrogância e ousadia dos criminosos, estimulados pela fraqueza da lei, pela ineficiência das instituições e pela complexidade das grandes cidades, que oferecem múltiplas oportunidades para a execução exitosa do delito" SILVA (2019).

A crise da Bahia manifesta-se também pela interiorização da violência, que transbordou das regiões metropolitanas para alcançar cidades de médio porte com intensidades sem precedentes. Enquanto a média nacional para municípios médios (entre 100 mil e 500 mil habitantes) fixou-se em 26,2, a Bahia concentrou as cinco cidades mais violentas do país nessa categoria. No Centro-Sul, o município de Santo Antônio de Jesus registrou a maior taxa do Brasil (94,1), seguido imediatamente por Jequié (91,9). Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), a letalidade é estrutural, evidenciada pelos índices de Simões Filho (81,2), Camaçari (76,6), Lauro de Freitas (51,1) e pela própria capital, Salvador, que detém uma taxa de 66,4. O fenômeno de espraiamento da violência é detectado em diversas mesorregiões: ao norte, no Vale São-Franciscano, Juazeiro apresenta 72,3; no Centro-Norte, Feira de Santana registra 66,0; e no Extremo-Oeste, Luís Eduardo Magalhães alcança 58,4. No sul do estado, o cenário de conflagração é homogêneo, com taxas elevadas em Eunápolis (59,8), Ilhéus (59,3), Teixeira de Freitas (57,8), Porto Seguro (49,9) e Itabuna (47,7).

Sociologicamente, essa "escalada de violência" segundo a revista (ISTOÉ, 2023), é atribuída à fragmentação do crime organizado e à posição geopolítica estratégica da Bahia. A Baía de Todos os Santos e a extensa linha costeira transformaram o estado em um nó logístico crucial para o narcotráfico transnacional, atraindo a disputa direta entre facções de hegemonia nacional, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), e grupos locais como o Bonde do Maluco (BDM). Até 2022, pelo menos dez organizações criminosas disputavam territórios e rotas de exportação, gerando conflitos derivados de rupturas e alianças instáveis.

Segundo SILVA (2019), a partir da década de 1980, consolidou-se a valorização da preocupação com o crescimento da criminalidade, especialmente em relação ao aumento, tanto quantitativo quanto qualitativo, dos atos de agressão física vinculados à conduta delincente.

"O crescimento da criminalidade violenta nas metrópoles brasileiras tem sido um problema que se incorporou definitivamente ao *modus vivendi* da população urbana. Não apenas manteve-se como assunto valorizado pela imprensa e autoridades. A construção, reestruturação e a manutenção de espaços urbanos seguros tornou-se pauta permanente nos debates e nas agendas do poder público e da sociedade civil organizada." SILVA (2019)

Agrava-se a esse quadro o modelo de segurança pública estatal que, historicamente, priorizou o confronto bélico em detrimento da inteligência investigativa. A reprodução da "lógica do tiroteio", análoga a modelos falidos de guerra às drogas aplicados em outras metrópoles brasileiras, resultou na liderança da Bahia também nos índices de letalidade policial, retroalimentando o ciclo de insegurança urbana.

A gravidade do diagnóstico baiano transcende a análise doméstica e insere o estado em um contexto de crise humanitária global. Conforme dados do Conselho Mexicano de Segurança Pública, repercutidos pela revista Exame (2024), Salvador e Feira de Santana figuram de forma recorrente entre as 50 cidades mais violentas do mundo, apresentando índices de mortalidade comparáveis a zonas de conflito civil.

SILVA (2019) acrescenta ainda:

“Seguramente, na atualidade, a violência é uma das questões que mais tem influenciado o cotidiano dos brasileiros” (...) Nunca antes insegurança vivida pela população foi tão percebida, a ponto de interferir de maneira determinante nas rotinas e na qualidade de vida das pessoas e no contexto geral da realidade nacional. O medo da violência tem marcado fortemente a vida de todos.” SILVA (2019)

O fato de que onze dos vinte municípios brasileiros mais violentos se encontram em território baiano ratifica a tese de que a violência no estado não é um fenômeno episódico, mas uma crise sistêmica. Em suma, a Bahia enfrenta um cenário de vulnerabilidade institucional e social onde a combinação de geografia favorável ao tráfico, fragmentação das facções e políticas de segurança repressivas culminou em um isolamento estatístico negativo frente ao restante da federação.

2.2. A Face Invisível da Violência: Vitimização e Adoecimento do Agente de Segurança

A atividade policial no Brasil é alicerçada sobre um paradoxo estrutural que transcende a periculosidade intrínseca ao combate ao crime, consolidando-se no que a literatura sociológica e jurídica define como a inefetividade sistêmica do fluxo de justiça criminal. Este fenômeno, popularmente ilustrado pelo jargão do meio militar "enxugar gelo", revela um ciclo ininterrupto de esforço operacional, prisões em flagrante e grandes apreensões, que é sistematicamente neutralizado por uma baixa resolutividade judiciária. O desânimo que acomete o agente de segurança, portanto, não advém meramente da carga extenuante de trabalho ou do risco de morte, mas de uma profunda crise de sentido institucional. Quando o policial observa a reincidência imediata de indivíduos detidos, frequentemente postos em liberdade em audiências de custódia sem uma análise da sua periculosidade perante a sociedade, instala-se, o que Émile Durkheim definiu como "anomia funcional". O Estado, por meio de seu braço forte ostensivo, cumpre o rito de repressão, mas o sistema judiciário, sob uma interpretação muitas vezes apegada apenas ao garantismo penal, rompe o nexo de causalidade entre a infração e a sanção, transformando o ato da prisão em uma porta giratória que desidrata a autoridade da lei.

Esta dissonância institucional é agravada por uma inversão de polaridade processual que desloca o foco da persecução penal. Observa-se, com frequência alarmante, que o objeto central da investigação deixa de ser a materialidade do crime cometido pelo infrator para se tornar a legalidade estrita e milimétrica da conduta do agente público, e isso muitas vezes é interpretado pelo policial como inversão de valor. Essa judicialização da atividade policial impõe ao servidor uma vigilância punitiva que prioriza a minúcia procedimental em detrimento da eficácia da segurança pública, gerando um fenômeno de hesitação, desconfiança e ceticismo por parte do agente. O policial, percebendo-se desamparado pelas instituições que representa e frequentemente colocado sob suspeição sistemática por instâncias superiores, tende ao desengajamento laboral como estratégia de autopreservação jurídica. Nesse cenário, a criminalização do erro escusável atua como um desestímulo à proatividade, onde o agente opta pelo minimalismo operacional para evitar que sua liberdade ou carreira sejam sacrificadas em prol de um sistema que parece priorizar a fiscalização do defensor sobre a punição do agressor.

Somado ao desgaste externo e jurídico, o ambiente interno das corporações, muitas vezes regido por uma herança militarizada de hierarquia rígida e anacrônica, atua como um catalisador de sofrimento ético e psicológico. A manutenção da disciplina, em diversas ocasiões, descamba para o assédio moral, onde o erro administrativo interno é punido com rigor desproporcional à valorização do acerto operacional no terreno. O policial militar, inserido em uma estrutura que demanda resultados estatísticos mas oferece pouco suporte institucional, vê-se encurralado entre a pressão das metas e a vigilância punitiva de seus comandantes. Esse isolamento é potencializado por uma parcela da sociedade e da mídia que, influenciada por narrativas de deslegitimação da força estatal, posiciona-se de forma antagônica à atuação policial, ignorando o contexto de guerra assimétrica e as condições precárias em que o serviço é prestado.

Além dessas dimensões já profundamente desgastantes, a violência contra policiais no Brasil é uma dimensão brutal que agrava a crise estrutural da segurança pública e o desgaste psicológico dos agentes.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2024, foram registradas 170 mortes de policiais em serviço ou em folga no país, um número alarmante que reflete o alto risco associado à profissão. Essa realidade evidencia que o perigo não está restrito apenas às operações ostensivas, mas persegue o policial inclusive fora do ambiente formal de trabalho, perpetuando o estado constante de vulnerabilidade e estresse. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) 2024, os números em 2022 mostravam que os policiais morriam mais em confronto na folga que por confronto em serviço.

Outro dado alarmante está ligado ao suicídio entre policiais, que aponta para uma crise humanitária de ampla proporção. Uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2024, apontou 126 mortes de policiais por suicídio. O índice de suicídios no âmbito das forças policiais brasileiras é de cinco a sete vezes maior do que na população geral, com taxas anuais que superam 80 óbitos por suicídio para cada 100 mil policiais. Esses números indicam que o adoecimento mental, exacerbado pela sobrecarga, pela insegurança jurídica, pelo assédio moral e pela sensação de abandono institucional, não é apenas um sintoma, mas um fator de mortalidade nítido e urgente. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) 2024, revelam:

“O ano de 2023 registrou, em relação ao ano anterior, queda de 18,1% na taxa de policiais civis e militares vítimas de CVLIs (Crimes Violentos Letais e Intencionais) no Brasil, enquanto a taxa de suicídios de policiais civis e militares da ativa cresceu 26,2% no mesmo período no país. Considerando apenas a Polícia Militar, o total nacional de suicídios nas corporações superou, em 2023, a soma dos registros de PMs mortos em confronto em serviço e fora de serviço. Foram 110 registros de suicídios, ante 46 casos de PMs mortos em confronto em serviço e 61 mortos em confronto ou por lesão não natural fora de serviço – 107 óbitos ao todo.” (ABSP) 2024

O Instituto De Pesquisa, Prevenção E Estudos Em Suicídio (IPPES) 2025, divulgou um boletim sobre mortes de agentes de segurança pública que cometeram autoexterminio:

“Nos últimos cinco anos (entre 2020 e 2024) perdemos ao menos 818 profissionais de segurança pública ativos, sendo 782 por suicídios e 36 por homicídios/feminicídios seguidos de suicídio. No mesmo período também morreram por suicídio ao menos 238 profissionais de segurança pública que já haviam passado para a inatividade, sendo 234 casos de suicídio e 4 homicídios/feminicídios seguidos de suicídio. (...) Entre 2020 e 2024, as instituições de segurança pública registraram 1.474 tentativas de suicídio entre seus profissionais.” (IPPES) 2025

A conjunção da violência externa, manifestada pelas mortes em serviço e na folga, com a violência interna simbolizada pelo assédio, pela criminalização do erro e pelo esgotamento emocional, reforça cedo ou tarde o colapso do capital humano que sustenta a segurança pública no Brasil. A sensação de que se luta em uma guerra desigual, onde a exposição ao perigo não é devidamente reconhecida e protegida, e que o esforço raramente repercute em resultados satisfatórios na justiça, aprofunda o fenômeno do “enxugar gelo”. A anomia funcional descrita por Durkheim assim se manifesta não apenas no âmbito funcional, mas passa a corroer a própria saúde mental do agente, minando a eficácia do sistema e tossindo uma resposta institucional insuficiente diante da tríple violência: contra a vítima do crime, contra o policial e contra a ideia de justiça. Portanto, a crise da segurança pública no Brasil não pode ser compreendida apenas pelos desafios operacionais ou pela dinâmica do crime, mas deve abarcar a violência institucionalizada contra seus agentes, a ausência de suporte jurídico e psicológico e a negligência com a saúde mental daqueles que carregam o monopólio do uso legítimo da força. Sem uma efetiva integração entre os órgãos de persecução penal, políticas públicas robustas de proteção e amparo aos policiais, além de uma reavaliação cultural e estrutural das instituições, o estado de desamparo e a exaustão emocional dos servidores continuarão a corroer o tecido social e a fragilizar o próprio Estado Democrático de Direito.

2.3. Síndrome de Burnout e Perfil Sociodemográfico: avaliação da realidade em Salvador, Feira de Santana e Santo Estêvão - Neste tópico será realizado um destaque para três estudos realizados no estado da Bahia acerca da Síndrome de Burnout em policiais militares, visando compreender a realidade desta problemática no âmbito do estado.

2.3.1. ESTUDO 1 - ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO E SÍNDROME DE BURNOUT EM POLICIAIS MILITARES EM UMA GRANDE CIDADE DO ESTADO DA BAHIA

No primeiro artigo, Lima EC e colaboradores (2024) realizaram um estudo de corte transversal, populacional, com trabalhadores da 65ª Companhia Independente de Polícia Militar (65ªCIPM) e na Base Comunitária de Segurança do George Américo (BCS-GA), que pertencem à 66ª Companhia Independente de Polícia Militar de Feira de Santana, Bahia. A coleta de dados foi realizada no período de 2020. Participaram do estudo policiais militares com no mínimo de 02 anos de serviço, independente da faixa etária, os resultados foram apresentados e analisados separadamente. A 65ª CIPM tem atuação voltada para o policiamento ostensivo tradicional, com maioria dos participantes do sexo masculino (79,1%), que se autodeclararam pardos (65,2%), com média de idade de 40, nível superior (63,5%), casados/união estável (78,3%) e com filhos (80,9%). A maioria não tem o hábito de beber (53,9%) nem de fumar (92,1%) e declararam estar acima do peso ideal (49,6%). A BCS-GA tem policiamento comunitário, que visa desenvolver uma nova parceria entre a PM e a comunidade com maioria dos participantes do sexo masculino (88,1%), pardos (64,3%), com média de idade de 38,6, nível superior (78,6%), casados/união estável (76,2%), com filhos (69%). A maioria não tem o hábito de beber (61,9%) nem de fumar (97,6%), acima do peso ideal (54,8%). O efetivo que participou da pesquisa é composto principalmente por Praças, 65ª CIPM (93,9%), BCS-GA (97,6%). A maioria com 15 anos de serviço, tanto na 65ª CIPM (66,1%) como na BCS-GA (73,8%) e atua na função operacional (65ª CIPM 69,6% e BCS-GA 76,2%). Foram utilizadas duas formas para avaliar os policiais, a primeira com foco nas características psicossociais do trabalho, medidas pelo Job Content Questionnaire (JCQ) e a outra focada na avaliação da Síndrome de Burnout pelo Maslach Burnout Inventory (MBI). Segundo Lima EC e colaboradores, o JCQ permite a construção de quadrantes baseados em combinações de aspectos da demanda psicológica e do controle das atividades; baixa exigência (combinação de baixa demanda e alto controle), trabalho passivo (baixa demanda e baixo controle), trabalho ativo (alta demanda e alto controle) e alta exigência (alta demanda e baixo controle). Para detecção da SB, foi utilizado o Maslach Burnout Inventory (MBI), que é composto por 22 afirmações sobre sentimentos e atitudes que englobam três dimensões fundamentais da síndrome divididos em três escalas de sete pontos, que variam de 0 a 6, possibilitando descrever de forma independente, cada uma das dimensões. A prevalência geral da SB na presença do nível alto nas três dimensões foi de 12,7%. Na 65ª CIPM a prevalência da SB foi de 13,9% na presença do nível alto nas três dimensões e de 44,3% na presença de nível alto em apenas uma dimensão e na da BCS-GA foi de 9,5% e de 59,5% respectivamente.

2.3.2. ESTUDO 2 - FATORES ASSOCIADOS À SÍNDROME DE BURNOUT EM POLICIAIS MILITARES BAIANOS: ESTUDO TRANSVERSAL

O segundo artigo, Coelho (2021) realizou um estudo transversal exploratório e analítico conduzido com policiais militares que atuam na cidade de Santo Estêvão, Bahia, vinculados à 57ª Companhia Independente De Polícia Militar (57ªCIPM) do Estado da Bahia, utilizando uma amostra de 43 participantes (correspondendo a uma taxa de resposta de 55,8% do efetivo local). Após a obtenção das pontuações, estabeleceram-se pontos de corte para classificar as dimensões em níveis alto, médio e baixo. Para a Exaustão Emocional (EE), considerou-se nível alto (≥ 27 pontos), médio (19-26) e baixo (≤ 18 pontos); para a Despersonalização (DP), alto (≥ 10 pontos), médio (6-9) e baixo (≤ 5 pontos); já para a Reduzida Realização Profissional (RPR), os pontos foram alto (≤ 33 pontos), médio (34-39) e baixo (≥ 40 pontos). Com base nesses critérios, o indicativo da Síndrome de Burnout (SB) foi categorizado como presente ou ausente, adotando-se como diagnóstico a coexistência de escores elevados em EE e DP simultaneamente a baixos escores em RPR, conforme preconizado pela literatura de referência. No estudo foi revelado uma prevalência de 37,2% para a síndrome.

Ao decompor a patologia através do Maslach Burnout Inventory (MBI), os dados apresentam um cenário crítico: a Reduzida Realização Profissional afetou 76,74% da amostra, seguida pela Despersonalização

em 67,44% e pela Exaustão Emocional em 48,84%. Tais índices demonstram que uma parcela significativa do efetivo desenvolve atitudes cínicas ou insensíveis como uma barreira defensiva contra o estresse crônico e a natureza traumática do cotidiano operacional. No que tange ao perfil sociodemográfico, a amostra foi composta majoritariamente por homens (86,19%), enquanto as mulheres representaram 13,81% do grupo. A média de idade dos participantes foi de 39 anos, com uma amplitude que variou de 26 a 53 anos. No âmbito étnico-racial, 75% dos diagnosticados com a síndrome autodeclararam-se negros. Quanto aos hábitos de vida, embora o grupo apresenta índice nulo de tabagismo, o etilismo surge como um dado alarmante, atingindo 75% dos policiais com Burnout.

Esse comportamento, aliado a uma qualidade de sono precária, com a maioria referindo repouso diário insuficiente, e a um elevado Índice de Massa Corporal (IMC) presente em 79,07% da amostra, sugere o uso do álcool como uma estratégia de enfrentamento inadequada para o sofrimento mental, exacerbando riscos cardiovasculares e metabólicos. As características laborais revelam que a amostra é composta predominantemente por soldados, com um tempo médio de serviço na Polícia Militar de 13 anos (variando de 3 a 29 anos de corporação). Observa-se que o sofrimento mental resulta da própria organização laboral, o que é corroborado pelas associações estatisticamente significantes encontradas entre a SB e a insatisfação com a situação econômica, o excesso de ruído e a baixa disponibilidade de Equipamentos de Proteção Individual.

A análise de regressão logística reforçou a gravidade do ambiente de trabalho ao apontar medidas de associação positiva muito elevadas entre a síndrome e a carência de recursos técnicos e equipamentos, além da insatisfação com o posto ocupado. Por outro lado, a presença de uma religião definida atuou como um fator de proteção estatisticamente relevante, sugerindo que a espiritualidade oferece suporte social que modera os estressores. É imperativo considerar que este cenário foi agravado pelo contexto da pandemia de COVID-19, que impôs aos policiais baianos um aumento da carga horária e o medo constante da contaminação em serviço.

Em síntese, os resultados reforçam que o trabalho policial no interior da Bahia opera em um ambiente de alto risco psicossocial onde o agente, responsável por garantir a segurança pública prevista no art. 144 da Constituição Federal, acaba tendo sua própria saúde maculada. A magnitude da SB observada sinaliza a urgência de políticas de saúde ocupacional que promovam reformas estruturais nas condições de trabalho e garantam o suporte psicológico contínuo como um direito fundamental do servidor.

2.3.3. ESTUDO 3 - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE POLICIAIS MILITARES BAIANOS COM ALTO RISCO PARA BURNOUT QUE BUSCARAM O SERVIÇO DE SAÚDE INSTITUCIONAL

O terceiro artigo, Moura e colaboradores (2024) realizaram um estudo transversal, de abordagem quantitativa, que investigou o perfil sociodemográfico e a prevalência da Síndrome de Burnout (SB) em 108 policiais militares da Bahia que buscaram atendimento no Departamento de Saúde da corporação em Salvador, entre outubro e novembro de 2023. A metodologia empregou o Maslach Burnout Inventory (MBI) e um questionário sociodemográfico. A amostra revelou um perfil predominantemente feminino (52,78%), de cor preta ou parda (88%), com idade igual ou superior a 40 anos (88%) e alto nível de escolaridade, com 74,1% possuindo ensino superior.

Os resultados obtidos revelaram um cenário de extrema vulnerabilidade: 66,93% dos policiais apresentaram risco para Burnout, sendo que, deste grupo, 91,7% foram classificados em alto risco. Ao dissecar as dimensões da síndrome, os autores identificaram que a Reduzida Realização Profissional (RPR) foi o componente de maior impacto, apresentando um escore de 32,19%. A Exaustão Emocional (EE) seguiu como o segundo fator mais crítico 24,86%, enquanto a Despersonalização (DP) registrou a menor pontuação 9,87%. Na análise multivariada, descobriu-se que policiais da "adulterez jovem" (≤ 39 anos) possuem uma probabilidade 1,1 vez maior de desenvolver a síndrome, enquanto fatores de estabilidade financeira, como a posse de veículo e moradia própria, atuaram como fatores protetivos, reduzindo o risco em 10% e 9%, respectivamente.

Diante desses dados, os autores posicionam-se de forma crítica, argumentando que a alta prevalência de Reduzida Realização Profissional reflete uma crise de identidade e valorização na carreira. Eles sustentam que o sentimento de "insucesso" não é apenas individual, mas fruto de um contexto institucional marcado por baixos salários e falta de apoio logístico, o que leva o policial a perceber que seu esforço não produz o retorno social ou pessoal esperado. Quanto à Exaustão Emocional, os pesquisadores enfatizam que o esgotamento é uma consequência direta de jornadas que podem atingir 60 horas semanais, o que degrada a saúde física e mental e compromete o ciclo de repouso necessário para a manutenção da higidez do servidor.

Sobre a baixa pontuação em Despersonalização, os autores adotam uma postura cautelosa, sugerindo que este resultado pode não representar uma ausência de cinismo, mas sim uma estratégia de defesa psicológica. Eles

pontuam que o policial pode estar utilizando o distanciamento afetivo como uma "ferramenta de trabalho" para suportar a carga emocional da profissão, o que mascara a gravidade da síndrome nessa dimensão específica.

Por fim, os estudiosos concluem que o predomínio do alto risco naqueles que buscam o serviço de saúde indica que a instituição está falhando na prevenção primária. Eles defendem que a saúde mental não deve ser tratada apenas de forma curativa após o adoecimento, mas por meio de reformas estruturais que garantam melhores condições de vida e trabalho, combatendo o estresse crônico antes que ele se converta em incapacidade laboral.

2.4. Adicção e o Estigma na Instituição

Em um estudo, realizado por Santos (2013), faz uma análise quantitativa, fundamentada nos registros do Serviço de Valorização Profissional (SEVAP) da PMBA, que no período compreendido entre 2005 e 2012, foram realizados 483 atendimentos a policiais militares com problemas de dependência química. Os dados estatísticos observados mostraram uma predominância absoluta do alcoolismo, que responde por 419 casos (86,7%) do total de registros. No entanto, os dados revelam uma transição preocupante no perfil de consumo: enquanto em 2009 foram registrados apenas 3 casos envolvendo drogas ilícitas, esse número saltou para 19 casos em 2012, evidenciando um crescimento na vulnerabilidade da tropa a substâncias psicotrópicas e ilícitas. Na caracterização dos sujeitos, observa-se que a problemática atinge todos os níveis hierárquicos, embora a concentração maior ocorra entre os Praças. Em uma amostra detalhada de prontuários, identificou-se que a maioria dos policiais apresentava idade entre 30 e 50 anos, muitos deles com laços familiares fragilizados e em situação de desvio de função, atuando em atividades administrativas ou de manutenção devido à incapacidade para o serviço operacional.

Ao expandir a análise para as metodologias adotadas por outras Polícias Militares, os dados quantitativos mostram o impacto de programas estruturados. A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), por exemplo, registrou 760 atendimentos a policiais adictos entre 2009 e 2012 através do programa PRADEQ. Diferente da PMBA, onde o serviço é majoritariamente de acolhimento e encaminhamento, os dados da PMDF mostram uma redução progressiva no quadro de toxicômanos ativos, o que o estudo atribui à eficácia do modelo de "Hospital Dia" e à presença de uma equipe multidisciplinar robusta, composta por 8 psicólogos, 2 psiquiatras e 14 monitores. Outro dado relevante extraído do estudo, foi a comparação nacional, em relação ao tempo de internação e acompanhamento: enquanto o Espírito Santo adota um regime de internação de 35 dias focado nos 12 passos, a PMDF estende o acompanhamento por até um ano, demonstrando que o sucesso na reabilitação está diretamente ligado ao tempo de suporte institucional e à reinserção gradual nas atividades laborativas.

Os dados revelam ainda que a subnotificação é um fator crítico na PMBA. Embora os 483 casos registrados representem cerca de 0,81% do efetivo da época, o estudo sugere que a demanda reprimida é consideravelmente maior, barrada pelo estigma social e pelo receio de sanções disciplinares. A análise das tabelas de saúde demonstra que os casos de saúde mental figuram entre as três maiores causas de afastamento na corporação, ao lado de problemas ortopédicos e cardiológicos. Conclui-se, através desses indicadores, que a ausência de uma estrutura própria na Bahia, que hoje depende quase integralmente de redes externas e do plano Planserv, resulta em um tratamento fragmentado, onde a falta de dados sobre reincidência impede uma avaliação precisa da eficácia das intervenções atuais, reforçando a urgência da implementação de uma política de saúde biopsicossocial interna e de uma Comunidade Terapêutica institucional.

3. DISCUSSÃO

A análise integrada dos estudos revisados revela um panorama preocupante e multifacetado da saúde mental na Polícia Militar da Bahia, evidenciando como variáveis psicossociais, ambientais e institucionais se convergem para potencializar o adoecimento do efetivo. Os três estudos transversais focalizados na Síndrome de Burnout (SB), realizados em diferentes regiões da Bahia, Feira de Santana, Santo Estêvão e Salvador, convergem para a constatação de uma prevalência significativa da doença, variando de 12,7% a 66,93%, conforme os critérios diagnósticos adotados e o perfil das amostras.

O primeiro estudo destaca as características psicossociais do trabalho nas unidades da 65ª CIPM e da Base Comunitária da Polícia Militar, evidenciando que demandas psíquicas elevadas combinadas com baixa autonomia e suporte reduzido contribuem para a manifestação dos sintomas da SB. Já o estudo de Santo Estêvão eleva o grau de preocupação ao apresentar uma prevalência de SB em 37,2%, ressaltando que sintomas como a redução da realização profissional e a despersonalização são intensos, corroborando a

hipótese de que o sofrimento mental não é apenas individual, mas derivado de condições laborais adversas. Por sua vez, o levantamento realizado com policiais que buscaram atendimento à saúde institucional em Salvador revela um contingente vulnerável, com mais da metade dos servidores estudados em alto risco para Burnout. Esta variação aponta possíveis fragilidades na prevenção primária e limitações nos serviços de suporte psicológico dentro da corporação.

Além da Síndrome de Burnout, a questão da adicção química surge como uma problemática emergente e preocupante dentro da corporação. Os dados indicam uma predominância do alcoolismo, responsável pela maioria dos atendimentos, mas sinalizam também um aumento significativo no consumo de drogas ilícitas, apontando para uma escalada de vulnerabilidade emocional e comportamental. A adicção é tanto consequência quanto agravadora do estresse crônico, funcionando como mecanismo inadequado de enfrentamento, especialmente em cenários onde o suporte institucional é insuficiente. A comparação com outras Polícias Militares no Brasil evidencia que a falta de programas estruturados e acompanhamento prolongado na PMBA dificulta a reabilitação efetiva, aumentando riscos de reincidência e comprometendo a capacidade operacional dos policiais.

Paralelamente, a tudo isso também vem a questão do suicídio entre os policiais militares, que assume uma dimensão crítica que exige igual atenção e intervenção estratégica. Dados recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio revelam que o índice de suicídios no âmbito das forças policiais é dramaticamente superior ao da população geral, com um crescimento preocupante nos últimos anos. O fato de o suicídio ter superado os confrontos em serviço como principal causa de morte no efetivo evidencia que o impacto do adoecimento mental é concreto e letal. A conjugação da sobrecarga emocional, insegurança jurídica, assédio moral e sensação de abandono institucional configura um terreno fértil para a deterioração psicológica progressiva e, infelizmente, para desfechos trágicos. O suicídio não pode ser analisado apenas como um fenômeno isolado, mas como a ponta do iceberg que reflete o colapso do suporte mental, social e organizacional disponível para o policial militar. Na sua pesquisa transversal, descritiva, retrospectiva, documental e quantitativa, SILVA (2021), trouxe os seguintes dados sobre o estado da Bahia:

“38 óbitos por autoextermínio de militares registradas pelo Comando de Operações de Inteligência (COInt), da Polícia Militar da Bahia (PMBA), no período de 2016 a 2021. (...) houve prevalência do sexo masculino (92%); soldado (63%), atuando na atividade-fim (82%); com 31 a 40 anos (39%); de cor/raça parda (47%); com 1 - 10 anos de serviço (45%), estado civil solteiro (66%). A maioria dos óbitos teve a arma de fogo como meio utilizado e o local da ocorrência a residência. (...) os resultados revelam a necessidade de ampliação da produção de conhecimento a respeito do tema” SILVA (2021)

Frente a essa complexidade, a importância de políticas integradas e multidisciplinares torna-se evidente. É crucial que programas de prevenção, tratamento e reabilitação contemplem igualmente o burnout, a adicção e o risco suicida, reconhecendo as inter-relações entre esses fenômenos. A valorização da espiritualidade como fator protetor, o fortalecimento do suporte social e psicológico contínuo, e a melhoria das condições laborais são elementos centrais para a construção de um ambiente institucional saudável. Por fim, as limitações metodológicas recorrentes nos estudos analisados, como o caráter transversal e a subnotificação, destacam a necessidade de pesquisas longitudinais e mais robustas, que possam investigar causalidades, identificar fatores preditores e avaliar a eficácia de intervenções específicas. O fortalecimento da cultura organizacional voltada à saúde mental e a desconstrução do estigma institucional relacionado à adicção e às fragilidades emocionais são condições indispensáveis para o enfrentamento consistente desse quadro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa permitiu um mergulho profundo e inquietante na realidade da saúde mental da Polícia Militar da Bahia, revelando um cenário onde o heroísmo histórico da corporação contrasta com a fragilidade psíquica de seus integrantes. Ao longo desta investigação, ficou evidente que o adoecimento do policial militar baiano não é fruto de uma predisposição individual, mas o resultado direto de um ecossistema laboral hostil e de uma política de segurança pública que, em muitos aspectos, ignora os limites da resiliência humana. A convergência entre a violência letal desenfreada no território baiano e a ausência de um suporte institucional robusto criou um vácuo de amparo que tem sido preenchido pelo Burnout, pela adicção e, em última instância, pelo suicídio. A análise dos estudos transversais realizados em Salvador, Feira de Santana e Santo Estêvão demonstrou que a Síndrome de Burnout é uma realidade capilarizada, atingindo tanto o policiamento da

capital quanto o do interior. A prevalência significativa da redução da realização profissional revela uma crise de sentido na carreira, na qual o policial militar sente que seu esforço é neutralizado por um sistema de justiça que ele percebe como ineficiente, gerando a chamada anomia funcional. Esse fenômeno culmina em um desengajamento emocional utilizado como forma de autodefesa, onde a despersonalização observada nos dados não deve ser vista apenas como um sintoma clínico, mas como um mecanismo de sobrevivência psíquica de quem lida diariamente com a barbárie, embora esse mesmo processo comprometa a qualidade do serviço prestado à comunidade e agrave o isolamento social e institucional do servidor.

Além disso, há uma correlação entre o estresse ocupacional e as estratégias de enfrentamento inadequadas, com destaque para o uso abusivo de álcool e substâncias químicas. A dependência química, frequentemente envolta em estigma e silêncio dentro da caserna, funciona como um anestésico temporário para uma dor profunda que o Estado ainda não acolhe de forma sistêmica. A comparação realizada com modelos de atendimento de outras forças policiais, a exemplo da Polícia Militar do Distrito Federal, evidenciou que a Polícia Militar da Bahia ainda precisa melhorar e ampliar as suas estruturas próprias de saúde biopsicossocial, que deveria ser contínua, integrada e proativa. Atualmente, a dependência quase exclusiva de redes externas e o foco em um modelo meramente curativo, que atua apenas quando o policial já se encontra em colapso, demonstram uma falha grave na prevenção primária. Torna-se imperativo que a saúde mental passe a ser tratada como um equipamento de proteção individual tão essencial e obrigatório quanto o próprio colete balístico, dado que a integridade cognitiva é o primeiro recurso mobilizado em qualquer ocorrência.

Por outro lado, os dados sobre suicídio também apresentados nesta pesquisa reforçam que a corporação enfrenta uma crise humanitária interna de proporções alarmantes. O fato de o ambiente doméstico do policial ser o local mais comum para o autoextermínio, utilizando frequentemente a arma de fogo da própria instituição, sugere que o perigo atravessa o portão do quartel e se instala de forma definitiva na vida privada e familiar. É urgente que a instituição promova uma reforma cultural profunda, capaz de desconstruir a imagem arcaica do policial como um ser infalível e invulnerável. A vulnerabilidade não deve ser interpretada como um sinal de fraqueza técnica, mas como uma característica inerente à natureza humana, especialmente naqueles profissionais submetidos a jornadas exaustivas que podem atingir 60 horas semanais sob o espectro de confrontos armados constantes. O enfrentamento desta problemática exige, portanto, uma mudança radical de paradigma institucional, reconhecendo que não basta investir em viaturas modernas e armamentos de última geração se o capital humano que opera essas ferramentas está em processo acelerado de exaustão e desamparo.

Nesse sentido, o caminho para a mitigação dessa crise passa obrigatoriamente por reformas estruturais que incluam a revisão da carga horária e a redução de uma burocracia punitiva que alimenta a insegurança jurídica do agente. É fundamental o fortalecimento da rede de saúde através da implementação de unidades de suporte multidisciplinar internas, focadas não apenas no tratamento, mas no acompanhamento longitudinal e na prevenção. A educação em saúde deve ser integrada ao currículo militar, inserindo disciplinas de inteligência emocional e gestão de estresse desde o curso de formação até os níveis mais altos de aperfeiçoamento de oficiais e praças. Paralelamente, o combate ao estigma deve ser uma prioridade política, por meio de campanhas institucionais que incentivem o autocuidado e a busca por ajuda especializada sem que isso resulte em prejuízos ao plano de carreira ou perseguições veladas. Em suma, proteger quem protege a sociedade é uma obrigação ética e estratégica indissociável da função do Estado. A saúde mental do policial militar é o alicerce invisível sobre o qual se constrói a paz social e, sem políticas públicas que reconheçam e amparem o sofrimento psíquico da tropa, o sistema continuará a perder vidas de forma irreparável, comprometendo a eficácia da proteção pública e a própria dignidade daqueles que juraram defender a sociedade com o sacrifício da própria vida.

REFERÊNCIAS

COELHO, Natália Maria Freitas - **Síndrome de burnout em policiais militares baianos: um estudo de corte transversal** - Dissertação de Mestrado UNEB. Ano: 2021. Disponível Em: < <https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/4af8c743-4ce1-4fa2-9549-1926db13d07a/content> > Acesso Em: 19 de Janeiro 2026

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro De Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 01 de Março 2026

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2025**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/05/atlas-violencia-2025.pdf> >. Acesso em: 10 de Março 2026

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Infográfico - Segurança em números 2025**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025-infografico.pdf> >. Acesso em: 10 de Março 2026

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - **Atlas da Violência 2025**. Brasília IPEA, 2025. Disponível Em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf> > Acesso em 01 de Março 2026

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - **Atlas da Violência 2025 - Retrato dos Municípios Brasileiros** Brasília IPEA, 2025. Disponível Em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9277-atlasviolencia2024retratodosmunicipiosbrasileros.pdf> > Acesso em 11 de Março 2026

INSTITUTO DE PESQUISA, PREVENÇÃO E ESTUDOS EM SUICÍDIO. **Boletim IPPES 2025: Notificações de mortes violentas intencionais autoprovocadas e tentativas de suicídio entre profissionais de segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro, 2025 Disponível Em: < <https://ippesbrasil.com.br/wp-content/uploads/2025/11/Boletim-IPPES-2025-v03.pdf> > Acessado Em: 20 de Março 2026

Lima EC, Rodrigues EP, Góis JA, Júnior DFM, Sobrinho CLN. **Aspectos Psicossociais Do Trabalho E Síndrome De Burnout Em Policiais Militares Em Uma Grande Cidade Do Estado Da Bahia**. Saúde Coletiva (Edição Brasileira) 2024 Disponível em: < <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3174/4036> > Acesso Em: 25 de Fevereiro 2026

MOURA, Maria Helena Souza de, SOUZA, Marcio Costa de, MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas - **Perfil Sociodemográfico De Policiais Militares Baianos Com Alto Risco Para Burnout Que Buscaram O Serviço De Saúde Institucional - 2024** Acesso Em: 02 de Março 2026

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA Disponível Em: < <https://www.pm.ba.gov.br/pmdabahia-2/> > Acesso 06 de Março 2026

REVISTA PMBA EM FOCO: **Ciência Policial e Cidadania - Ano I Edição I - 2022** (online) ISSN 2764-4774 Disponível Em: < https://pmba.softdrive.com.br/a1_1ed.pdf > Acesso 30 de Janeiro 2026

SANTOS, Ana Cláudia Maria dos. **A Interseção Entre Saúde E Segurança Pública: Um Estudo Sobre Prevenção, Reabilitação E Reinserção De Policiais Militares Adictos.** Dissertação de Mestrado — Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, 2013. Disponível Em: < <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17046/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Ana%20Claudia%20Maria%20dos%20Santos%20-%202013.pdf> > Acesso Em: 28 de Fevereiro 2026

SILVA, José Luís Santos - **Farda E Fardo: Contribuição Para A Compreensão Do Fenômeno Da Vitimização Letal Intencional De Policiais Militares Na Bahia.** Tese de Doutorado UNIFACS - Ano: 2019. Disponível Em: < <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/b7e34d7a-47a8-42b7-929c-00ea8736ae0f/content> > Acesso Em: 8 de Março 2026

SILVA, José Luís Santos - **O Suicídio Entre Os Policiais Militares Na Bahia** - Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública ano 2021 Disponível Em: < <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/112/112> > Acesso Em: 07 de Março 2026

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, Vandiesley Soares Neves, o autor do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado A SAÚDE MENTAL NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE BURNOUT, ADICÇÃO E SUICÍDIO NA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, apresentado no âmbito da Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), declaro, para os devidos fins, que:

Durante o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial, conforme descrito a seguir:

- Ferramenta(s) utilizada(s):
 - () Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.
 - (X) Houve utilização das seguintes ferramentas: GEMINI versão 1.0.869
- Finalidade(s) do uso:
 - () Exploração inicial de ideias
 - () Busca e/ou triagem de literatura
 - (X) Leitura assistida e/ou elaboração de resumos (com conferência humana)
 - (X) Revisão linguística e/ou apoio à normalização de referências
 - () Tradução técnica (com revisão humana)
 - () Geração de rascunhos ou sugestões iniciais de texto, posteriormente revisadas pelo(a) autor(a) ou pelos(as) autores(as)
 - (X) Organização ou estruturação do texto
 - (X) Apoio reprodutível à análise e/ou apresentação de dados (restrito à geração automatizada e reprodutível de tabelas, gráficos, figuras ou visualizações a partir de dados previamente analisados e interpretados pelo(a) autor(a) ou pelos(as) autores(as), sem substituição da análise científica humana)
 - () Programação (sugestão, depuração ou documentação de códigos)
 - () Transcrição (com anonimização): conversão literal, mediante autorização, de áudios ou vídeos em texto de entrevistas, aulas, reuniões ou palestras, com obrigatória revisão humana, anonimização e respeito aos direitos autorais, sendo vedada a identificação de voz ou outros dados biométricos
 - () Outros (especificar): _____

Declaro que a utilização de ferramentas de Inteligência Artificial ocorreu exclusivamente como apoio, não substituindo a autoria intelectual humana. Todo o planejamento, a supervisão, a validação das informações, a interpretação dos dados e a redação final do trabalho são de inteira responsabilidade do autor.

Declaro, ainda, que o uso dessas ferramentas respeitou os princípios éticos da pesquisa acadêmica, não envolvendo práticas como plágio, fabricação ou manipulação de dados, nem qualquer procedimento que comprometa a integridade científica do trabalho.

Estou ciente de que a omissão ou a prestação de informações incorretas poderá implicar as providências acadêmicas cabíveis, conforme as normas institucionais vigentes.

Documento assinado digitalmente
 VANDIESLEY SOARES NEVES
Data: 13/04/2026 09:53:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do autor

Juiz de Fora, 13 de Abril de 2026.